



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

CLIPPING

27 de abril de 2018



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input checked="" type="checkbox"/> Outros	
DATA 27 / 04 / 2018	Página 7	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Polícia Federal prende 18 pessoas durante operação contra pedofilia em sete estados

A Polícia Federal realizou, na manhã desta quinta-feira (26), a Operação Underground II, segunda fase de uma investigação nacional contra a pedofilia e a pornografia infantil. Foram cumpridos onze mandados de busca e apreensão e dez de prisão preventiva.

Durante as buscas, a PF prendeu mais oito pessoas em flagrante, encontradas com material sexual de crianças e adolescentes. A ação ocorre em sete estados: São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Goiás, Pernambuco, Maranhão e Acre.

Segundo as investigações, “grande parte dos envolvidos efetivamente abusava sexualmente de crianças, registrando as imagens”. O inquérito avançou sobre a Deepweb,

espécie de camada virtual não alcançada pelos registros e meios de controle padrão. De acordo com a PF, as imagens desses crimes eram vendidas, trocas ou disponibilizada em salas de conversa virtual nesse ambiente.

“Algumas das vítimas já foram identificadas, quando ficou demonstrado que o agressor é, no mais das vezes, pessoa do convívio da família da vítima, ou mesmo parte dela”, diz a corporação em nota.

No Rio de Janeiro, um homem foi preso na Vila Kennedy, Zona Oeste da capital fluminense. Na casa dele, foram apreendidos sete celulares, um HD, uma torre e outras mídias.

Segundo a polícia, o homem é

suspeito de vender vídeos de crianças sendo estupradas e teria admitido o abuso contra três crianças com idade entre 5 e 7 anos. Ele foi ouvido na manhã de ontem na Superintendência da PF no Rio. Segundo a PF, ao menos 15 vítimas, de bebês a crianças de 11 anos, foram identificadas. Essa é a segunda fase da Operação Underground, nome inspirado nas técnicas de investigação dentro e fora de todo um conjunto de sites e servidores de internet.

Após a primeira fase, foram feitas investigações na deepweb, que resultaram na identificação de 13 pessoas que integravam um grupo de produtores de material de exploração sexual infantil, que se comunicavam em ambiente ci-

bernético, onde ocorria o comércio das imagens ilícitas.

Segundo apurado, “grande parte dos envolvidos efetivamente abusava sexualmente de crianças, registrando as imagens. Numa segunda etapa, reuniam-se em salas virtuais dedicadas à pedofilia, onde trocavam, vendiam ou simplesmente disponibilizavam os arquivos ilícitos. Algumas das vítimas já foram identificadas, quando ficou demonstrado que o agressor é, no mais das vezes, pessoa do convívio da família da vítima, ou mesmo parte dela”, diz a PF. O crime de publicação de imagens de pornografia infantil prevê pena de três a seis anos de prisão. Já o estupro de vulneráveis prevê de oito a 15 anos de prisão. (G1)

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA 27 / 04 / 2018	Página 12	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Pinheiro

Médico é indiciado por homicídio doloso por morte de recém-nascido

NELSON MELO

A Delegacia Regional de Pinheiro concluiu o inquérito policial acerca da morte de Levy Serra Chagas, recém-nascido que faleceu no Hospital Nossa Senhora das Mercês (Hospital Materno Infantil) daquela cidade, no dia 1º de fevereiro deste ano. O médico plantonista Paulo Roberto Penha Costa foi indiciado por homicídio doloso, qualificado por motivo torpe, sendo que ele está preso no Complexo de Pedrinhas, em São Luís.

O delegado Carlos Renato, titular da Regional de Pinheiro, esclareceu que o médico praticou crime hediondo, pois deveria agir para evitar o resultado-morte, conforme a legislação penal. Nesse sentido, Paulo Roberto responderá pela ocorrência na modalidade do dolo eventual, “já que ele sabia que o paciente estava em estado grave, omitiu-se e não se importou se a falta de atendimento o levaria ao óbito”. O indiciado, portanto, violou a norma expressa do Código de Ética Médica, prevista no Artigo 33.

Carlos pontuou que o referido artigo ressalta que é inadmissível “deixar de atender paciente que procura seus cuidados profissionais em casos de urgência ou emergência, quando não haja outro médico ou serviço médico em condições de fazê-lo”. Segundo o delegado regional, ele deveria ter tomado as medidas de suporte avançado de vida em pediatria, conforme o Curso Pediatric Advanced Life Support (PALS), que é ministrado a todos os médicos que atuam nesse tipo de situação clínica com crianças. Em outras palavras, Paulo deveria ter sido prudente nos “cuidados com a circulação sanguínea, vias



O médico Paulo Roberto foi indiciado pela morte de recém-nascido

aéreas e respiração, utilizando manobras de ressuscitação cardiopulmonar, haja vista a insuficiência respiratória, atestada pela equipe que realizou a remoção”. Renato salientou que o laudo do Instituto Médico Legal (IML) atestou que a vítima nasceu viva, o que significa que sofria de malformações congênitas graves do sistema gênito urinário, “sendo incompatível com a vida extra-uterina”.

No inquérito, o delegado cita que “o fato de a criança está fadada à morte, dada a malformação congênita, não exime de responsabilidade o autor”. Agindo de outra forma, “estar-se-ia discriminando a conduta de não atendimento a pacientes terminais, ao arrepio da norma constitucional vigente, que tutela o direito à vida”. Pesquisas recentes, assinalou Carlos Renato, indicam que, embora malformações sejam incompatíveis com a vida extra-uterina, não é possível

precisar quanto tempo a pessoa permanecerá vida, “já que foram realizadas necropsias nos mesmos casos em adolescentes de 14 anos e 11 meses de idade”.

O delegado citou, para fazer esta comparação, uma análise de 6.245 necropsias pediátricas, realizadas num período de 40 anos na Unidade de Patologia Pediátrica e Perinatal (UPPP) do Serviço de Anatomia Patológica do Hospital de Clínicas de Curitiba da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Foram encontrados, nesse estudo científico, 182 casos com malformações do aparelho urinário, correspondendo a 2,9% do número de necropsias avaliadas.

Portanto, há argumentos suficientes para indiciar o médico por homicídio doloso, por motivo torpe, tendo em vista que Paulo se recusou outras vezes a prestar atendimento em circunstâncias similares, “revelando desprezo pela vida humana, conforme

depoimentos trazidos aos autos”.

ENTENDA O CASO

O bebê chegou ao Hospital Materno Infantil de Pinheiro em uma ambulância da cidade de São Bento, sendo que o médico se negou a atendê-lo sob a alegação de que a unidade hospitalar não permitia por se tratar de paciente oriundo de outro município. Como o recém-nascido morreu, Paulo recebeu voz de prisão e foi conduzido ao plantão de Polícia Civil, onde foi autuado por homicídio culposo. O delegado plantonista estabeleceu uma fiança no valor de R\$ 50 salários mínimos para que ele fosse solto. O Hospital Materno Infantil de Pinheiro emitiu, na época do episódio, uma nota, na qual argumentava que o bebê tinha chegado ao local com doses de vasoativa (adrenalina), injetado por um técnico em enfermagem na ambulância, sem o acompanhamento médico e/ou de enfermeiro. E que a ambulância não estava devidamente equipada para esse tipo de transporte, segundo a resolução 1.673/2003 do Conselho Federal de Medicina (CFM) e resolução 375/2011 do Conselho Federal de Enfermagem (Cofem).

Na nota, o hospital disse que o neonato não foi retirado da ambulância, sendo que a equipe de plantão constatou que ele já estava morto, atribuindo a responsabilidade ao médico da unidade hospitalar em São Bento. O fato é que Paulo Roberto teve sua prisão em flagrante convertida em prisão preventiva. A Justiça seguiu uma determinação do Ministério Público do Maranhão. O Conselho Regional de Medicina (CRM-MA) abriu uma sindicância para apurar a conduta do médico.

DIVULGAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
() O Estado do MA	() Atos e Fatos	() Política () Cidades / Urbano () Geral () Polícia
() O Imparcial	() A tarde	
(X) Pequeno	() Correio de Notícias	(X) Outros
() Debate	() O quarto poder	
() Extra	() Internet / Blog	
DATA 77 / 04 / 2018	Página 6	() Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa

No casulo

...Mas, curiosamente, o acirramento foi antecipado. E isso deixou claro a importância de um posicionamento mais aguerrido da parte das oposições, que antes entraram numa espécie de casulo desde que o ex-prefeito Léo Coutinho foi derrotado na eleição de 2016.

Desde o início

...Realce-se que Thais Coutinho, eleita líder da oposição, foi a única do grupo Coutinho a se indispor com o governo desde o início da gestão de Fábio Gentil (PRB). É que só recentemente passou a ter a ajuda de Edilson Martins, Tevi e Aureamélia Soares.

Sem repercussão

...No entanto, até mesmo pela pausa e a trégua política de alguns meses que se dão comumente aos novos governistas e, ainda, pelo fato de Thais ser prima do ex-prefeito suas falas não repercutam.

Chacota

...Agora isso, a vereadora se tornou alvo de chacota dos colegas governistas e dos aliados do prefeito na internet, numa campanha de desqualificação política e partidária que surtiu efeito.

Ajuda dos pares

...Por conta disso, os confrades governistas a chamam de atrapalhada e sem habilidade no jogo do Legislativo... Porém, agora é diferente. Ela não só passou a contar com a ajuda dos pares de oposição como ainda o tempo deslizou, o pleito de 2018 bate à porta e o prefeito já contabiliza um ano e quatro meses de governo.

Continua o risco

A propósito, nesse embate com os oposicionistas, não passa despercebido da ironia dos demais colegas que o líder do Governo na

intelectualmente qualificado. Mário Assunção carrega mesmo uma pasta cheia de diplomas e diversas pós-graduações, é médico veterinário, doutor, professor, etc e etc.

A função

...Mas o que Mário estaria querendo hoje de imediato seria tomar a si a função de líder do Governo na Câmara Municipal, daí porque "o Professor" não perde tempo em passar à frente de Moisés sempre que é premente a defesa do Executivo caxiense na Casa do Povo", explicam os colegas.

Mais sabido

Pegando o gancho, dos integrantes da base palaciana, o mais sabido mesmo deles é o edil Antônio Ximenes... Como, aliás, a maioria da bancada concorda.

Calculadas

...Um dos mais longevos no Parlamento, posição que ocupa ao lado do presidente da Câmara, Canalé, AX não tem o rompante dos confrades governistas... Ximenes, ao contrário, fica na moita e suas intervenções são bem calculadas.

Jogo das circunstâncias

...Os que o conhecem há tempos dizem que ele topa fazer o jogo que lhe é conveniente no momento das circunstâncias políticas e que, no geral, desliza ou passa por cima de ovos sem quebrar nenhum quando vai atrás de seus objetivos.

Sabe induzir

...Dizem esses velhos conhecidos que é por isso que AX não entra em fogueira acesa e nem fica muito perto para não se chamuscar. Ou, em outras palavras, ele se preserva o máximo possível e, na hora certa, sabe induzir os confrades a agir ou a entrar eles mesmos na fogueira sem que o percebam.

Gonzo

• Danço a falar – Eleito pela segunda vez, no primeiro mandato Edilson Martins preferiu ser secretário municipal. No segundo, o vereador ficou mais de ano mudo, mas conseguiu quebrar o tabu que envolvia os representantes da família no Legislativo caxiense. Seu já falecido tio Evangelista Martins foi eleito seguidas vezes para a Casa e ficou mais conhecido por nunca ter usado a tribuna da mesma. Evangelista só acenava a cabeça para confirmar ou negar algo no plenário da Câmara. Contraditoriamente, no entanto, a morte de Evangelista causou uma verdadeira comoção na cidade. Milhares de pessoas compareceram ao velório e ao enterro do vereador, surpreendendo a todos os que o viam como um personagem político sem importância no município. O funeral revelou a figura singular e o modo eficiente dele de se comunicar com as pessoas... No caso de Edilson, o tabu tem a ver apenas com a quebra do silêncio e o mutismo que eram peculiares ao tio, pois agora o sobrinho dançou a falar!!!



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input checked="" type="checkbox"/> Outros
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA 27 / 04 / 2018	Página 6	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Audiência em Caxias debate formação do comitê do Rio Itapecuru

Em audiência pública realizada nessa quinta-feira, 26, no Centro João Paulo II, em Caxias, foi debatido o Plano de Formação do Comitê Técnico da Bacia Hidrográfica do Rio Itapecuru. O objetivo da formação do comitê é a criação de mecanismos para gerenciar de forma mais sustentável os recursos hídricos da Bacia do Rio Itapecuru. Esta é a segunda audiência para tratar do assunto (a primeira foi realizada em São Luís em 12 de março deste ano) e ainda estão previstas outras em Itapecuru-Mirim, Colinas e Rosário. Participaram da solenidade o deputado estadual Rafael Leitão, que preside a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Legislativa, o promotor de justiça Vicente Gilásio Leite Junior (titular da 2ª Promotoria de Caxias, que tem atribuições na área do meio ambiente), o secretário municipal de Meio Ambiente de Caxias, Pedro Marinho, além de membros da sociedade civil. Segundo o promotor de justiça Vicente Leite Junior, a conscientização e a informação da comunidade são elementos essenciais na luta pela preservação ambiental, e, no caso concreto, do Rio Itapecuru.

Barão de Grajaú Unidade Prisional está proibida de receber presos de outras comarcas

O juiz David de Mourão Menezes publicou na quarta-feira (25) uma portaria na qual proíbe de imediato que a Unidade Prisional de Ressocialização de Birão de Grajaú receba presos de outras comarcas que tenham sido condenados a cumprirem pena nos regimes semiaberto ou aberto, por ser impossível o atendimento às garantias que lhes são inerentes, em razão de não possuírem vínculos familiares, domiciliares ou profissionais em Barão de Grajaú. No mesmo documento, o magistrado determina que, no prazo de 30 (trinta) dias, seja providenciada a transferência de todos os presos por ordem do juiz da comarca e que se encontrem em outras unidades prisionais do estado do Maranhão para a UPR de Barão de Grajaú. A portaria determina, também, as transferências para outras UPRs, presídios ou penitenciárias, conforme a disponibilidade de vagas, de presos de outras comarcas que se encontram na UPR de Barão de Grajaú, no mínimo em número equivalente ao de presos que forem transferidos para a unidade prisional, como forma de assegurar que não gere superlotação na unidade local. Diz a portaria: "Se o Diretor da

UPR de Barão de Grajaú entender que o cumprimento do disposto em algum inciso da portaria acarretará risco à segurança da unidade prisional, poderá requerer, por meio de ofício devidamente fundamentado a este juízo, que algum(uns) do(s) cidadão(s) relacionado(s) na tabela em anexo à portaria permaneçam nas unidades prisionais em que se encontram atualmente". Ao elaborar o documento o juiz considerou, entre outros fatores que o preso provisório deve ficar separado do condenado por sentença transitada em julgado; que os presos condenados devem ser separados de acordo com critérios previstos em lei; que preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado; que o condenado ao regime semiaberto fica sujeito a trabalho em comum durante o período diurno, em colônia agrícola, industrial ou estabelecimento similar (art. 35, §1º, do Código Penal); e que o regime aberto baseia-se na autodisciplina e senso de responsabilidade do condenado e que o condenado deverá fora do estabelecimento e sem vigilância, trabalhar, frequentar curso ou

exercer outra atividade autorizada, permanecendo recolhido durante o período noturno e nos dias de folga. "Há de se considerar o fato de que nas últimas inspeções realizadas por este juízo na Unidade Penal de Ressocialização desta cidade foi verificado que, em sua maioria, os presos que ali se encontram reclusos são oriundos de outras comarcas", justificou o juiz na Portaria. Ele também ressaltou que foram identificados dezesseis cidadãos presos por determinação do Juízo de Barão de Grajaú que estão em unidades prisionais situadas em outras comarcas. A Portaria determina ainda que todas as transferências de presos (provisórios ou condenados) vinculadas a processos em curso na comarca de Barão de Grajaú sejam precedidas de requerimento de autorização ao Juízo. Nas situações em que por conta da urgência do caso (necessidade de garantir a ordem do estabelecimento, resguardar a integridade física de pessoas ou prevenir fugas) seja impossível o requerimento prévio, o Diretor da Unidade Prisional deverá, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, comunicar, por meio de ofício, as razões que o levaram a providenciar a medida referida.

PROMOÇÃO
PIZZAS DELIVERY
Amendoeira
RS **39,90** CADA
Amendoeira DELIVERY
3248.0228 / 3226.0408

PROMOÇÃO DE PREÇO VÁLIDA PARA PEDIDOS DELIVERY DE SEGUNDA A SEXTA, EXCETO FERIADOS. POR CADA PIZZA SERVE 10 PESSOAS. POR FAVOR, NÃO ABUSEM DO ALCOOL. FRANGO POR R\$ 39,90 CADA. PROMOÇÃO VÁLIDA POR PEDIDO INDIVIDUALIZADO.

Erick Reboque
AUTO SOCORRO 24H
98855-7997 - Oi
99141-7997 - vivo
98120-4018 - Tim

ACADEMIA
FORMULA DO CORPO
Tereza Moraes / Jorgen Braga
Diretores

Rua do Passado nº 832 - Centro
Fone: 3361-2482
Cel: 3361-7602
E-mail: formula.do.corpo@hotmail.com

Av. dos Francisco nº 105 - Dombos-Saravali
Fone: 3248-4735
Cel: 98141-7602
E-mail: formula.do.corpo@hotmail.com

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input checked="" type="checkbox"/> Cidades / Urbano
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Geral	<input type="checkbox"/> Polícia
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA 27 / 04 / 2018 Página 5		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Concurso da PMMA A pedido da DPE, Justiça determina permanência de vagas reservadas para pessoas com deficiência

A Vara de Interesses Difusos e Coletivos também mandou suspender a formação dos candidatos

A Vara de Interesses Difusos e Coletivos da Comarca da Ilha de São Luís, que tem como titular o juiz Douglas Martins, deferiu tutela de urgência determinando ao Estado do Maranhão a imediata proibição do provimento de 5% do total geral das vagas destinadas aos cargos de 1º Tenente do Quadro de Oficiais de Saúde da Polícia Militar (ambos os sexos) e de Soldado do Quadro de Praça da PMMA (ambos os sexos), no concurso regido pelo Edital 01 - PMMA, de 23 de setembro de 2017. A decisão determina que essas vagas permaneçam reservadas e na condição de sub-juízes até que a Justiça decida, em caráter definitivo, sobre a legalidade de item do Edital de abertura do concurso.

A ação, proposta pela Defensoria Pública do Estado do Maranhão (DPE), requereu tutela cautelar em caráter de urgência em desfavor do Estado e a imediata suspensão da segunda fase do Concurso Público da Polícia Militar do Maranhão (denominada Curso de Formação), até que seja analisada pelo Poder Judiciário de forma definitiva a legalidade do item 9.16 e seus subitens do referido Edital, em cujo dispositivo a Junta Médica da Secretaria Estadual de Gestão e Previdência - Segge/Cbraspse fundamentou a exclusão de todos os candidatos que participavam do certame na condição de pessoa com deficiência (PCD).

Ao decidir pela suspensão do concurso em relação ao percentual de cinco por cento, antes reservado para pessoas com deficiência, o juiz fixou multa diária, em caso de descumprimento, no valor de R\$ 10 mil, a ser revertida ao Fundo Estadual de Direitos Difusos. Ele designou audiência de conciliação para o dia 3 de maio próximo.

A DPE...

do Maranhão, por meio da Segge, está realizando concurso público para provimento de vagas e formação de cadastro de reserva para os cargos de "Primeiro Tenente do Quadro de Oficiais de Saúde da Polícia Militar do Maranhão" (cargo de nível superior) e "Soldado do Quadro de Praça" (cargo de nível médio). "Para ambos os cargos, o Edital previu que 5% das vagas seriam destinadas a pessoas com deficiência. Nesse sentido, relata que, no dia 11 de dezembro de 2017, teria sido publicada a relação final dos candidatos que tiveram inscrição deferida para concorrerem aos cargos na condição de pessoa com deficiência", explica a decisão.

A DPE alegou que, quando da convocação para participação no Curso de Formação, nenhum dos candidatos com deficiência, aprovados nas outras etapas do certame, foi convocado.

A Defensoria atribuiu a não convocação ao obstáculo imposto pelo item 9.16 do Edital nº 01, o qual retiraria do candidato PCD a condição de permanecer no certame no rol de pessoas com deficiência, e que teria servido de base para a Junta Médica eliminar todos os candidatos PCD do concurso público, impedindo-os de participar da segunda fase que é composta pelo Curso de Formação.

SOBRE O PROCESSO

Segundo a decisão, o Estado do Maranhão se manifestou alegando que não condiz com a realidade os fatos mencionados no pedido da DPE, citando alguns candidatos inscritos na condição de pessoa com deficiência que teriam sido convocados para a segunda fase do certame. Por isso, requereu o indeferimento do pedido de tutela de urgência. No caso em



O juiz Douglas Martins determinou a manutenção das vagas para pessoas com deficiência e a suspensão da formação do concurso.

se manifestou e requereu o deferimento do pedido de tutela de urgência.

Para o Judiciário, o Estado equivocou-se ao referir que alguns candidatos inscritos na condição de PCD teriam sido convocados para o curso de formação.

"Em verdade, os candidatos referenciados pelo Estado em sua manifestação, embora inscritos na condição de PCD e aprovados nos exames médicos, não foram considerados pela Perícia Médica como pessoas com deficiência, conforme item 6.1 do Edital nº 10 - PMMA, de 23 de março de 2018. Daí que figuraram no resultado final da primeira etapa do concurso (edital 11 - PMMA) na lista geral de aprovados", entendeu o juiz, enfatizando que os candidatos que possuíam alguma deficiência foram considerados inaptos nos exames médicos e não chegaram a passar pela Perícia Médica. "A perícia médica do concurso extrapolou os limites de sua atuação prevista no edital e, nesta etapa, procedeu a verdadeiro exame de compatibilidade da deficiência apresentada com as atribuições do cargo, em desacordo com a

que este exame se dará durante o estágio probatório, nos termos do que preveem o Decreto Federal nº 3.298/1999, em seu art. 43, §2º, e a Lei Estadual nº 5.484/1992".

Douglas Martins explicou que o próprio edital do concurso público deixa claro que o exame de compatibilidade da deficiência apresentada com as atribuições do cargo será feito durante o estágio probatório, ressalvando a exoneração como consequência para os casos em que seja verificada a incompatibilidade.

"Portanto, resta evidenciado que a perícia médica, ao proceder com esse exame em etapa anterior do concurso, violou a legislação de regência e as próprias normas do edital do certame, que preveem que esta avaliação se dará durante o estágio probatório, em caso de eventual aprovação do candidato nas demais etapas, naturalmente", relatou na decisão.

Para o magistrado, o perigo da demora é evidente, visto que o concurso está em andamento, atualmente em sua segunda fase, que é o curso de formação, iniciado no dia 2 deste mês, advindo disso grande prejuízo aos

VEÍCULO		EDITORIA
() O Estado do MA	() Atos e Fatos	() Política () Cidades / Urbano () Geral () Polícia
() O Imparcial	() A tarde	
(X) Pequeno	() Correio de Notícias	() Outros
() Debate	() O quarto poder	
() Extra	() Internet / Blog	
DATA 27 / 04 / 2018	Página 3	() Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa

Informe JP

O 'coordenador fantasma' da PMMA

Uma notícia publicada nesta quinta-feira (26) no portal do jornal 'O Estado de S. Paulo' causou mais confusão sobre o suposto monitoramento de adversários do governador Flávio Dino.

O 'Estado' revela a existência de um documento que teria sido assinado pelo comandante Zózimo Paulino da Silva Neto, filho do 21, mandando cancelar ofícios que pediam levantamento de políticos opositores que possuíam causas 'embaraçosas' nas eleições.

O jornalista Fausto Macedo, do 'Estado', escreveu que este documento demonstraria recuo na suposta espionagem de opositores políticos ao governador e às prefeituras.

Segundo o 'Estado', o comandante do Policiamento do Interior do Maranhão, coronel Zózimo Paulino da Silva Neto, afirma que a 'coleta de dados eleitorais' havia sido solicitada por um 'coordenador das Eleições de 2018'. O ofício foi encaminhado aos Comandos de Policiamento de Áreas do Estado no dia 20 de abril.

Acontece que o tal 'coordenador das Eleições de 2018' não existe, é um 'fantasma'. E quem afirmou isso foi a própria Diretoria de Pessoal da Polícia Militar ao emitir uma certidão em resposta a um ofício do Comando Geral da instituição.

Palavra do governo

A Secretária de Segurança Pública do Estado garante que o coronel Zózimo será ouvido em sindicância que apura os fatos. Sobre o memorando enviado pelo coronel Zózimo no dia 20 de abril, a SSP-MA afirma que em nenhum momento foi constituída, pelo Comando da Polícia Militar do Maranhão, a função de 'coordenador de Eleições 2018'.

'Qualquer coordenação desta natureza só seria feita em momento oportuno, em apoio à Justiça Eleitoral. O coronel Zózimo Paulino da Silva Neto será ouvido na sindicância que apura os fatos', acrescenta a nota da SSP-MA, divulgada à imprensa.

"Ela não foi não" (I)

Dois ex-presidentes da República estão nos Estados Unidos. José Sarney, conforme publica o INFORME JP, nessa quinta-feira, desembarcou em Nova Iorque para acompanhar uma delicada cirurgia de sua mulher, Dona Marly, que vai operar o fêmur na próxima segunda-feira.

Fernando Henrique Cardoso

desembarcou hoje, 26, também em Nova Iorque, para participar de uma conferência na Organização das Nações Unidas (ONU).

Ela não foi não (II)

Ontem, 26, um blog local chegou a divulgar que a ex-governadora Roseana Sarney também teria viajado aos Estados Unidos. A informação não procede. Roseana permanece em São Luis. Com a viagem do pai, ela se livra um pouco da pressão de Sarney, o maior incentivador para que a filha dispute as eleições de outubro.

Ela não foi não (III)

Aos 88 anos, o ex-presidente dá mostras de que está sem a lucidez que o tomou uma verdadeira águia nas políticas maranhense e brasileira.

Não é à toa que Roseana, mesmo com toda pressão exercida pelo pai, que sempre comandou o seu grupo com muita competência, continue indecisa em relação à sua candidatura.

No fundo, é ex-governadora maranhense parece não acreditar muito que o pai esteja certo.

Fernando Henrique Cardoso muito que o pai esteja certo.

Lider defende apuração

O líder do governo na Assembleia Legislativa, Rogério Cafeteira, defendeu a apuração dos fatos referentes à expedição de Memorando Circular determinando à Polícia Militar fazer o levantamento eleitoral de opositores ao Governo do Estado.

Para ele, as medidas legais e cabíveis já foram tomadas por parte do governo e do Ministério Público Eleitoral.

'Eu não tenho a menor dúvida de que a verdade aparecerá de forma muito cristalina e nós veremos o culpado ser punido, pois sabemos que o governador Flávio Dino, de forma nenhuma, tinha conhecimento desse fato. O governador não atenuará e nem passará a mão na cabeça de quem tenha cometido tal ilicitude', frisou.

Alteração de Fundo (I)

A Assembleia Legislativa aprovou ontem (26) projeto de lei que cria o Fundo Estadual de Habitação e Desenvolvimento Urbano do Maranhão. A Medida Provisória 270, de 21 de fevereiro de 2018, altera a Lei 7.936, de 14 de julho de 2003, que criou o Fundo Estadual para Habitação e Desenvolvimento Urbano.

De acordo com a mensagem encaminhada à Assembleia Legislativa pelo governador Flávio Dino, a MP altera a denominação Fundo Estadual de Habitação e Desenvolvimento Urbano para Fundo Estadual de Habitação e Desenvolvimento Urbano e Rural (FEHDUR), também alterando o objetivo que incluiu as políticas estaduais de desenvolvimento urbano e rural.

Alteração de Fundo (II)

A MP também altera a composição do Colegiado Gestor que administrará o Fundo.

O deputado Eduardo Braide apresentou uma emenda alterando o Colegiado Gestor do Fundo, mas a proposta foi rejeitada.

Braide fez críticas ao teor do projeto, afirmando que o Plenário aprovou a alteração no Fundo por força da Medida Provisória que retira do Conselho Colegiado do Fundo um representante do Poder Legislativo e três representantes de organizações populares de pré-moradia de regiões distintas do estado do Maranhão.

Miudinhas

- O deputado Max Barros defendeu o requerimento do deputado Eduardo Braide, que convoca o tenente-coronel Emerson Farias Costa, o coronel Antônio Marcos da Silva Lima e o major Jádriel Luiz Sousa Meades para prestar esclarecimentos à Assembleia sobre os documentos que apontam suposta investigação dos adversários do Governo do Estado.
- O ministro Raul Jungmann (Segurança) disse nesta quinta-feira (26) que atividades e projetos da pasta de segurança pública devem ser financiados pela loteria esportiva e por novos jogos que serão anunciados neste ano pela Caixa Econômica Federal.
- Segundo Jungmann, o governo editará nos próximos dias uma medida provisória para destinar os recursos para a área.
- Ele disse que já há uma definição sobre valores, mas não quis falar em cifras. Inicialmente o ministro queria pelo menos R\$ 4 bilhões, mas houve resistência da área econômica.

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input checked="" type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias <input type="checkbox"/> O quarto poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input checked="" type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia <input type="checkbox"/> Outros
DATA 27 / 04 / 2018 Página 3	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

“Coordenador fantasma” ‘encomendou’ coleta de dados eleitorais na PMMA

Um “Coordenador das Eleições de 2018” fantasma encomendou a ‘coleta de dados eleitorais’ que resultou na crise da Polícia Militar do Maranhão, com repercussão nacional. É o que se desprende de uma certidão emitida, ontem, 26, pelo Comandante Geral da PMMA, coronel Jorge Luongo, ao coronel Antônio Roberto dos Santos Filho, que preside a ‘Sindicância Investigatória’ instaurada para apurar a origem de uma Circular disparada para monitorar adversários políticos do governo.

Ontem, o jornal O Estado de S. Paulo (versão online) publicou um ofício do comandante do Policiamento do Interior, coronel Zózimo Paulino da Silva Neto, afirmando que a ‘coleta de dados eleitorais’ havia sido solicitada por um “Coordenador das Eleições de 2018”. Esse ofício foi encaminhado aos Comandos de Policiamento de Áreas do Estado, no dia 20 de abril.

Conforme o ‘Estadão’, no dia 6 de abril foi expedido um ofício interno da PM maranhense em que era solicitado um ‘levantamento eleitoral’. O documento da Secretaria de Segurança Pública determinou identificação de políticos opositores ‘ao município’ ou ao ‘Estado’ que possam ‘causar embaraços no pleito eleitoral’ e ainda mandou transferir policiais envolvidos com política. O caso foi divulgado pelo Estado no dia 20. Na mesma data, um novo ofício foi encaminhado pelo Comando de Policiamento do Interior. Assinado pelo comandante Zózimo, o documento diz: “Considerando o teor do Memo Circular nº 098/2018-Sec. Adm CPI datado de 06/04/2018, deste CPI [Comando de Policiamento do Interior], e encaminhado a esse CPA [Comando de Policiamento de Área, este comando solicita que seja tornado sem efeito o referido documento, e solicita que informe as unidades subordinadas,



Coronel Luongo, comandante da PMMA, descarta acusações contra a corporação

para desconsiderar a solicitação contida no documento, sobre a coleta de dados eleitorais, junto aos órgãos competentes, que estão diretamente relacionados ao assunto, solicitados pelo Coordenador das Eleições de 2018”.

“COORDENADOR FANTASMA”

Diante da notícia, o Coronel Roberto, que preside a ‘Sindicância Investigatória’, emitiu um ofício ao Comando Geral da Polícia Militar querendo saber se havia designação de algum ‘Coordenador das Eleições de 2018’ dentro da PM.

O comandante Luongo mandou consultar a Diretoria de Pessoal da instituição, que emitiu uma certidão informando que nenhum tipo

de documento foi produzido ou publicado nesse sentido; ou seja, que não existia nenhum ‘Coordenação das Eleições de 2018’ oficializado na PMMA. A certidão foi passada para o coronel Roberto, que a anexou à sindicância.

EMERSON NÃO FOI OUVIDO

Ontem, seria ouvido o tenente coronel Emerson Farias Costa, exonerado do Comando de Policiamento do Interior (CPI). No entanto, como não compareceu com sua defesa técnica (seu advogado), o militar não foi ouvido. Emerson foi o oficial que, no dia 6 de abril, em nome do comandante do CPI, coronel Zózimo Paulino Neves, passou uma tabela a todos os comandos do interior para levantamento de informações básicas sobre as eleições de 2018.

“Nessa tabela havia um pedido de informações complementares com cinco itens completamente absurdos, ilegais e que afrontam o estado democrático de direito. Um deles pedia a identificação de lideranças locais e individuais antagonistas ao governo do estado”, disse ao JP, na segunda-feira, o Coronel Luongo.

Uma nova data para o depoimento do tenente coronel Emerson Farias Costa será marcada. Por outro lado, o coronel Zózimo também será ouvido na sindicância que apura a origem do documento.

Sobre o memorando enviado pelo coronel Zózimo Paulino, no dia 20 de abril, a Secretaria de Segurança Pública do Maranhão (SSP-MA) esclareceu, ontem, que:

1. Em nenhum momento foi constituída, pelo Comando da Polícia Militar do Maranhão, a função de “coordenador de Eleições 2018”.
2. Qualquer coordenação desta natureza só será feita em momento oportuno, em apoio à Justiça Eleitoral.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA		
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia		
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde			
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input checked="" type="checkbox"/> Outros		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder			
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog			
DATA	27 / 04 / 2018	Página	2	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Situação carcerária no MA será avaliada pelo Judiciário

A situação processual e penal da população carcerária do Maranhão será avaliada durante o 2º Fórum de Juízes Criminais e de Execução Penal do Maranhão (Fojucep), que acontece hoje (27), às 9h30, no auditório da Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), pelo coordenador-geral da UMF, desembargador José de Ribamar Froz Sobrinho, e autoridades ligadas à questão carcerária. O evento é promovido pela Unidade de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (UMF/TJMA), com o apoio da Escola Superior da Magistratura (Esmam).

O objetivo é sensibilizar os operadores do direito, da administração penitenciária,

saúde e segurança pública sobre as ações para regularização da situação judicial de pessoas em situação de conflito com a lei. No fórum serão examinados os limites da atuação dos juízes dentro da problemática do crescimento vertiginoso da população carcerária. As formas de prevenção e combate às organizações criminosas, modelos de execução penal e alternativas ao encarceramento em massa também estão na pauta das discussões. Os painéis serão conduzidos pela desembargadora Ivana David (TJSP), o psicanalista Agostinho Ramalho Marques Neto, juiz Bruno André Silva Ribeiro (TJDFT) e o advogado criminalista e professor Yuri Felix (IBCCRIM).

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input type="checkbox"/> Outros
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA	27 / 04 / 2018	Página
		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Concurso da PMMA A pedido da DPE, Justiça determina permanência de vagas reservadas para pessoas com deficiência

PÁG. 5 [C1]

DIVULGAÇÃO



O médico Paulo Roberto foi indiciado pela morte de recém-nascido

Médico é indiciado por homicídio doloso por morte de recém-nascido

PÁG. 12 [C1]

VEÍCULO		EDITORIA
(X) O Estado do MA () O Imparcial () Pequeno () Debate () Extra	() Atos e Fatos () A tarde () Correio de Notícias () O quarto poder () Internet / Blog	() Política () Cidades / Urbano () Geral () Polícia () Outros
DATA 27 / 04 / 2018	Página 3	() Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa

Circular da PM cita suposto coordenador eleitoral na corporação

A TV Mirante trouxe com exclusividade documentos que mostram ações do coronel Heron Santos - ligado ao PCdoB - para que policiais catalogassem adversários

RONALDO BOCHA
Da edição de Política

Um novo memorando circular do Comando de Policiamento do Interior da Polícia Militar (PM), de número 114/2018, cujo teor foi revelado ontem, cita a existência de um "coordenador das eleições 2018" com atuação na polícia. O documento "vazado" à imprensa é o quanto do escândalo da espionagem que ganhou repercussão nacional na semana passada, após O Estado revelar com exclusividade a ordem - atestada pela autenticidade de memorandos - de monitoramento de políticos que fazem oposição ao governador Flávio Dino (PCdoB).

O memorando 114/2018 é do dia 20 de abril e cita o memorando anterior, 098/2018, do dia 6 de abril, que trata da ordem para que todos os batalhões realizassem o monitoramento eleitoral.

Coronel comunista
Ontem, o jornalista Alex Barbosa, da TV Mirante, revelou, com exclusividade, documentos que apontam para a possibilidade de este "coordenador das eleições 2018" ser, ainda que de formação oficial, o coronel Heron Santos. Barbosa mostrou cópias de depoimentos de policiais que revelam ações de Heron para que eles fizessem a catalogação de adversários de Flávio Dino.

Heron Santos concorreu a deputado estadual nas eleições de 2014 pelo partido do próprio Flávio Dino, o PCdoB. Ele é historicamente ligado à família do deputado federal Rubens Júnior, também do PCdoB.

No ofício revelado somente ontem de manhã, há indicação de que a "coleta de dados eleitorais nos órgãos competentes que estão diretamente relacionados ao assunto" seja referida como solicitação direta, ao "Coordenador das Eleições de 2018". O documento é assinado pelo coronel Zózimo Paulino da Silva Neto, comandante do Comando de Policiamento do Interior.

Os dados a que se refere a circular 098/2018 - observada pelo memorando 114/2018 - dizem respeito à verificação de políticos que podem "causar embaraços" nas eleições. "Os comandantes das TDMs (Tribunais de



Personagens da espionagem: coronel Luongo, o secretário Portella, Flávio Dino e o coronel Markus



Ex-prefeito Amaury Almeida foi vítima de armação da polícia

Ex-prefeito diz que foi vítima de armação da polícia em 2016

O ex-prefeito de Mirinzal, Amaury Almeida (MDB) relatou o que sofreu nas eleições de 2016, quando foi preso acusado de homicídio no dia da eleição sem ter cometido o crime. O emedebista aproveitou a divulgação do documento da PM que determinava a espionagem de adversários ao governo de Flávio Dino (PCdoB) para tratar do tema.

Em 2016, no dia da eleição, forças policiais do estado prenderam o então prefeito Amaury Almeida. Acusação? Assassinato. Na época, a prisão foi notícia nacional. Amaury Almeida, que disputava a reeleição, acabou perdendo o pleito.

O problema é que, após o resultado da eleição, um vídeo colocou por água abaixo a acusação que levou à prisão do então prefeito. O homem que tinha sido assassinado a tiros não somente confirmou que estava vivo como também disse não ter visto ou encontrado Amaury Almeida naquele dia.

Amaury Almeida conseguiu a liberdade. No entanto, perdeu a eleição. Diante do fato, ele recorreu ao Judiciário alegando que foi prejudicado com a prisão. Não foi

DESMENTIDO

SSP diz que cargo ainda não existe

Sobre o memorando enviado pelo coronel Zózimo Paulino, no dia 20 de abril, a Secretaria de Segurança Pública do Maranhão (SSP-MA) esclarece que:

1. Em nenhum momento foi constituída, pelo Comando da Polícia Militar do Maranhão, a

função de "coordenador de Eleições 2018".
2. Qualquer coordenação desta natureza só será feita em momento oportuno, em apoio à Justiça Eleitoral.
3. O coronel Zózimo Paulino da Silva Neto será ouvido na sindicância que apura os fatos.

dem causar embaraços ao pleito eleitoral", destaca o documento.

Escândalo

O monitoramento da oposição determinada pela Polícia Militar ganhou repercussão nacional. Veículos de todo o país prestaram atenção ao caso.

nal formalizado por 10 partidos à Procuradoria-Geral da República (PGR) - com a justificativa de ameaça à lisura do pleito eleitoral - também está sob a análise.

Desde a divulgação dos documentos, o governo e lideranças governistas

VEÍCULO		EDITORIA
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA 27 / 04 / 2018	Página 3	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Corrupção leva Saúde a perder R\$ 27 milhões

Recursos estavam garantidos por emendas de bancada, mas deputados federais entenderam melhor remanejar a verba diretamente às prefeituras

A crise de credibilidade que se abateu sobre a Secretaria da Saúde do Maranhão, após a revelação de novos casos de corrupção a partir do surgimento de um manuscrito do médico Mariano de Castro – operador do esquema que desviou R\$ 18 milhões, segundo a Polícia Federal -, levou o Governo do Estado a perder quase R\$ 27 milhões, que estavam garantidos em emendas de deputados federais.

Os recursos, num total de R\$ 49,2 milhões, seriam destinados por meio da Emenda Impositiva 71110005, para apoio à manutenção de unidades de saúde – sob responsabilidade do Executivo estadual. Mas, a pedido dos parlamentares, houve mudanças no destino da verba.

Segundo a coordenadora da bancada, deputada Luana Costa (PSC), ao atender os colegas, ela remanejou diretamente aos municípios



Flávio Dino tentou garantir emendas para a Saúde, mas foi preterido

R\$ 26,5 milhões, que seriam encaminhados ao Fundo Estadual de Saúde (FES), administrado pela SES.

Com isso, o fundo estadual ficou

com R\$ 22,7 milhões, mantidos na mesma rubrica por aliados do governo Flávio Dino (PCdoB), que decidiram ratificar suas emendas.

Após comunicar a decisão ao ministro da Saúde, Gilberto Ochi, Luana Costa passou a ser alvo de duras críticas por parte do governador Flávio Dino e seus aliados. “Espero que a oposição repense a decisão de mais uma vez retirar recursos federais da saúde do Maranhão”, escreveu o comunista em suas redes sociais.

Em resposta, a coordenadora da bancada reafirmou que apenas atendeu a um pedido dos deputados.

“Fiz uma reunião com a bancada e depois fui ao Ministério da Saúde verificar se era possível fazer esse direcionamento. Fomos informados de que poderíamos fazer as alterações, inclusive incluir custeios de Atenção Básica. Não compreendo que isso seja uma ação política, porque tanto os deputados da base do governador como os que não estão na base manifestaram o interesse de fazer essa alteração. Foi uma medida apenas para contemplar a bancada, que manifestou o interesse de fazer essa alteração”, disse Luana Costa.

Segundo ela, os parlamentares que optaram pelo remanejamento citaram a necessidade de fazer os recursos chegarem mais rapidamente aos municípios. ●



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input checked="" type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input type="checkbox"/> Outros
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA <u>27</u> / 04 / 2018	Página	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

ATOS E FATOS

São Luís-MA, Sexta-feira, 27 de Abril de 2018

RS 2,00 MARANHÃO / RS 2,50 OUTROS ESTADOS - ANO XXIII - Nº 4.714

Usuária de drogas é PÁGINA 8
assassinada a facadas no
bairro do Pão de Açúcar



Governador Flávio Dino
anuncia investimentos em
infraestrutura para a região sul
PÁGINA 3

EMPREGO

Ação do MPMA garante realização do 1º concurso público para a CMSL





MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA 27 / 04 / 2018 Página		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

CIDADES



"O maranhense tem uma renda baixa e por isso tem dificuldades para adquirir um bem, seja eletrodoméstico ou qualquer outro"

JOÃO RICARDO COSTA SILVA, supervisor de disseminação de informações do IBGE, unidade Maranhão

O Estado do Maranhão cidade@mirante.com.br

São Luís, Sexta-feira, 27 de abril de 2018

Esgoto inadequado em mais da metade dos domicílios do MA

Mais de 64% das residências avaliadas pela Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio Contínua (PNAD_C) durante o ano passado possuem fossas não ligadas à rede de esgotamento sanitário

O Maranhão é o terceiro da Região Nordeste e o quinto do Brasil com o maior número de domicílios que possuem fossas não ligadas à rede de esgotamento sanitário: 1,3 milhão de casas com o esgoto irregular. Esse número corresponde a mais de 64% dos domicílios avaliados pela Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio Contínua (PNAD_C) durante o ano passado e divulgada ontem, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

No ranking do esgotamento sanitário irregular do Nordeste, o Maranhão só fica atrás do Piauí e do Rio Grande do Norte, que ocupam a primeira e segunda colocação, respectivamente.

A pesquisa também demonstrou que houve um aumento na quantidade de domicílios que possuem rede geral ou fossa ligada à rede de esgotamento. No ano de 2016, havia um total de 351 mil adequados e em 2017 o número passou para 394 mil.



69,7% das residências têm rede geral ou fossa ligada à rede e 28% não

Em São Luís, 28% dos domicílios pesquisados, o que corresponde a 91 mil, têm fossa não ligada à rede de esgoto: 69,7% das residências, 226 mil casas, tem rede geral ou fossa ligada à rede.

Em São Luís, 28% dos domicílios tem fossa sem esgoto.

e 2%, 7 mil, tem outras formas de esgotamento.

Fonte de água

De acordo com a pesquisa, o estado continua sendo o quinto em todo o Brasil com a menor cobertura do serviço de água, embora o número de domicílios abastecidos por rede geral de distribuição de água no Maranhão tenha crescido, de 67,8% para 71,7%.

Essa é a mesma posição ocupada em 2016. Os dados ainda mostram que houve diminuição

na quantidade de residências abastecidas por poço profundo ou artesiano, passando de 21,6% para 16,3% em 2017.

Destinação do lixo

Em 50,3% dos domicílios maranhenses, o lixo é coletado diariamente, enquanto em 26,2% os dejetos são queimados dentro da propriedade.

Além disso, em 18% dos domicílios o lixo é coletado em cambas e em 5,5% das casas pesquisadas é dada outra forma de destinação para o lixo.

Outros dados da pesquisa

O Maranhão continua sendo o estado com o menor percentual de domicílios com microcomputador entre todas as unidades da federação. Outro bem com pouca penetração nas casas maranhenses é a máquina de lavar roupa. Além disso, o Maranhão é o terceiro estado com o maior percentual de casas que possuem apenas TV de tubo. São 41,5% das residências pesquisadas em 2017.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input type="checkbox"/> Outros
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	
<input checked="" type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA 27 / 04 / 2018	Página 2	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

MA aumenta em 62% número de domicílios ligados à rede de esgoto

A mais recente Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNAD_C) mostra que o Maranhão deu um salto no atendimento do saneamento básico em apenas três anos, apesar dos problemas históricos que ainda persistem nessa área. Entre 2014 e 2017, o índice de domicílios ligados à rede coletora cresceu 62%.

A pesquisa feita pelo IBGE, divulgada nesta quinta-feira (26), fez um mapeamento das características gerais das moradias em todo o Brasil.

Um dos itens pesquisados foi o esgotamento sanitário, que é o despejo gerado e descartado pelas casas.

Em 2014, segundo o IBGE, o Maranhão tinha 12,64% dos domicílios ligados à rede coletora ou com fosse séptica ligada à rede coletora.

A partir daí houve avanço

ano a ano. Em 2015, o índice subiu para 15,78%. Em 2016, para 17,5%. E chegou a 19,5% em 2017. Um aumento de sete pontos percentuais em apenas três anos. Em números absolutos, o salto foi de 242 mil para 394 mil, uma alta de 62%.

O Maranhão ainda tem um índice frágil no saneamento básico, mas em três anos já foi revertida parte significativa dos problemas acumulados em cinco décadas.

De acordo com a PNAD, 64,8% dos domicílios têm fossa sem ligação com a rede. E 11,2% têm outra forma de esgotamento.

MAIS SANEAMENTO

- Desde 2015, o Governo do Maranhão tem investido pesadamente no saneamento básico. Isso incluiu mais de 150 quilômetros de novas redes coletoras e interceptores instalados.